

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



03/06/2019  
SEGUNDA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





# Alego deixa de divulgar lista nominal de salários

**TRANSPARÊNCIA** Mudança contraria Lei de Acesso à Informação, que exige que vencimentos sejam disponibilizados on-line “de maneira individualizada”, e discurso da atual gestão da Casa

Wlides Barbosa

Fabiana Pulcinelli  
fabiana.pulcinelli@popolar.com.br

Quase cinco anos depois de lançar o Portal da Transparência com dados dos salários dos servidores, a Assembleia Legislativa de Goiás decidiu excluir a divulgação nominal das remunerações. A alteração contraria a Lei de Acesso à Informação (LAI), que, tanto no texto federal quanto na regulamentação em Goiás, determina a disponibilização on-line dos salários “de maneira individualizada”.

A mudança também vai na contramão do que o presidente Lissauer Vieira (PSB) vinha repetindo desde o início da sua gestão, em fevereiro, de ampliar a transparência da Casa.

Na versão anterior do portal, era possível acessar a lista de todos os servidores da Casa e, ao clicar no nome, abria-se uma janela com o valor das remunerações bruta e líquida, com os descontos. Ontem todos os dados das remunerações foram retirados do ar. O site passa a ter um outro espaço, chamado Quadro de remuneração, que lista os cargos existentes na Casa e respectivos vencimentos. Ocorre que os pagamentos não são padronizados e existem gratificações que variam para cada servidor. Servidores que ocupam os mesmos cargos têm valores diferentes de vencimentos, considerando outros tipos de pagamentos.

A discussão sobre a lista individualizada de funcionários e salários ocorreu na Assembleia em 2012, ano em que a LAI entrou em vigor, e foi superada por decisão judicial. A Justiça chegou a conceder liminar, em ação movida por sindicato dos servidores, proibindo a divulgação nominal, mas a decisão final no ano seguinte foi pela disponibilização da relação completa, como ocorre em todo o País e é cumprido por Executivo e Judiciário em Goiás.

Com atraso de dois anos e meio, considerando a entrada em vigor da LAI, a Assembleia lançou o portal em outubro de 2014, na gestão de Hélio de Sousa (PSDB) com os salários. O sistema inicial era burocrático: para acessar os valores era preciso preencher um formulário com dados pessoais e receber uma senha. Em 2016, as informações ficaram abertas.

Na semana passada, o último órgão de Goiás que ainda não oferecia acesso completo aos salários dos servidores, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO),



Presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), conversa com o procurador e assessor da Presidência, Rubens Sardinha: argumentos já superados

lançou novo portal da transparência com todos os dados detalhados. Câmara e Senado, Supremo Tribunal Federal e governo federal também divulgam as listas nominais dos salários.

Procurado ontem, o presidente Lissauer Vieira disse que delegou ao procurador e assessor da Presidência, Rubens Sardinha, a responsabilidade pelo novo portal e que não tinha conhecimento da decisão. “Eu determinei que nosso portal fosse idêntico ao do Ministério Público e da Controladoria Geral da União”, afirmou. Os dois órgãos divulgam a lista nominal.

Ao defender a mudança, Sardinha apresentou os mesmos ar-

gumentos utilizados na disputa judicial resolvida em 2013: que os servidores têm direito ao sigilo de seus contracheques. O procurador diz que a Assembleia mantém “total transparência” no dados mesmo com as alterações. “O presidente nos recomendou que seguíssemos a lei e eu considero que estamos seguindo a lei. Estamos divulgando os valores dos salários, só estamos preservando os servidores. Se você solta o salário da pessoa, ela fica sem liberdade, tem até pedido de empréstimo. Vocês têm de parar com isso de querer ficar vendo salário de cada servidor”, disse.

A LAI estadual (nº 18.025/2013) estabelece não apenas a divulgação individualizada, como obriga a forma: a divulgação tem de conter o nome do servidor ou número identificador/matricula, cargo que ocupa, nível da carreira, valor da remuneração e descontos.

Questionado sobre a determinação legal, Lissauer disse que vai avaliar o caso na segunda-feira. Ontem ele estava em Acreúna em evento do Legislativo. “Se está na lei, vai voltar. Não vou aceitar descumprimento da lei. Se for o caso vou fazer mudar de novo”, disse.

## Dados sobre lotação em gabinetes também são excluídos do site

Em outra alteração que reduz a transparência da Assembleia Legislativa de Goiás, o site da Casa deixou de ter um filtro na folha de pessoal que permitia identificar a lotação dos servidores. Ao abrir os dados dos auxiliares, era possível selecionar um campo com os gabinetes (da presidência ou de cada um dos 41 parlamentares) para saber onde eles trabalham. Agora a opção do filtro saiu do ar. Assim como a questão salarial, as informações sobre lotação de servidores foram objeto de intensa discussão nos anos de 2014 e 2015 por conta de denúncias de fantasmas na Casa. Agora não será mais possível identificar o local de trabalho. Restou apenas o filtro de separação da categoria (comissionados, efetivos, estagiários, aposentados e demais).

Este não é o primeiro problema de recuos na transparência na gestão do presidente Lissauer Vieira (PSB). O Portal da Transparência passou quase

cinco meses sem atualizar o quadro de servidores, salários, despesas completas dos deputados e gastos com viagens. O POPULAR também mostrou em abril que os dados de viagem internacional do próprio presidente foram tirados do ar. Lissauer justificou as falhas com a necessidade de reformulação do Portal da Transparência para seguir todas as recomendações dos órgãos de controle. O presidente também criou a Seção de Transparência e Acesso à Informação em reforma administrativa aprovada recentemente. Ele afirmou que a decisão permitiria “saber de quem cobrar” em relação às falhas no Portal. Nos bastidores da Assembleia, já havia informações de servidores efetivos de que a nova equipe responsável pela transparência tinha intenção de frear o acesso a informações de gastos e da folha de pessoal da Casa, com redução dos filtros sobre lotação e vínculo dos funcionários.



**“Se está na lei, vai voltar. Não vou aceitar descumprimento da lei. Se for o caso vou fazer mudar de novo”**

Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia



## Na China, Francisco Jr. busca de parcerias para os goianos



Sebastião Tejota, Francisco Jr e Lincoln Tejota: intercâmbio com chineses

DA REDAÇÃO

O deputado federal Francisco Jr (PSD) encontra-se em missão governamental na China. Através de convite do governo chinês, a comitiva de autoridades está realizando uma agenda de visitas, em Pequim e região, para futuras parcerias, e renovações de negócios com o Estado de Goiás.

A comitiva composta pelo vice-governador, Lincoln Tejota e pelo conselheiro do TCE, Sebastião Tejota, também visitou a indústria de cinema a nível mundial, Jiabo Media, que irá produzir um filme do Brasil para incentivar

o turismo, e a proposta é começar por Goiás. “Será um investimento Chinês na produção de um filme e o turismo de Goiás ganhará muito, assinamos hoje o acordo para a produção. São milhares de chineses que irão assistir e buscar conhecer as nossas belezas naturais e o nosso povo”, disse Francisco Jr

Chefes de Estado da Província Chinesa também receberam os representantes goianos para um almoço, e destacaram o interesse em investir em Goiás. A Missão oficial teve agenda confirmada até este domingo.



ALEGO

## CPI das Obras Inacabadas define presidente e relator



Deputados Wagner Neto (Patri) e Amauri Ribeiro: comando da CPI

DA REDAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Obras Inacabadas, instalada pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), indicou do deputado Amauri Ribeiro (PRP) para ocupar a presidência. O deputado Wagner Neto (Patri) foi apontado como vice-presidente e, por fim, a relatoria ficou a cargo do deputado Antônio Gomide (PT).

Após definirem a composição da mesa, os deputados votaram também pelo encaminhamento de requerimentos ao Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia de Goiás (CreaGO) e Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra).

Os documentos encaminhados aos órgãos devem reivindicar, segundo o presidente, um levantamento das obras públicas paralisadas no Estado. “Precisamos saber quais são e qual a situação dessas obras”, este deve ser o primeiro passo da comissão segundo o relator, Antônio Gomide.

Amauri Ribeiro concordou com colega, haja vista que o parlamentar propôs aos presentes a convocação dos ex-governadores Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, para oitivas na Casa. “Precisamos trazê-los para que expliquem a razão de terem começado diversas obras pelo programa Goiás na Frente se não tinham dinheiro suficiente para concluí-las”, disparou.